



LEI Nº. 737/2012

Dispõe Sobre Contratação Temporária Por Excepcional Interesse Público, nos Termos do Art. 37, IX da Constituição Federal de 1988:

O Chefe do Poder Executivo do Município de Presidente Bernardes, consoante o que lhe faculta o art. 66 da Lei Orgânica Municipal, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artº 1º.: O Município de Presidente Bernardes, Estado de Minas Gerais, por seus Poderes, inclusive autarquias e fundações públicas, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do artigo 37, IX, da Constituição Federal, fica autorizado a promover contratação temporária de pessoal, sob contrato administrativo, nas condições, prazos e limites previstos nesta lei.

Artº 2º.: Para fins do disposto nesta lei, entende-se como necessidade temporária de excepcional interesse público:

- I- Atendimento a situações declaradas de calamidade pública;
- II- Combate a surtos endêmicos e epidêmicos;
- III- Contratação de professores substitutos;
- IV- Contratação de profissionais substitutos para área de saúde;
- V- Contratação de servidores em virtude de ter ocorrido:
 - a) exoneração ou demissão;
 - b) falecimento;
 - c) aposentadoria;
 - d) afastamento ou licença.
- VI- Contratação de servidores para suprir a ausência de candidatos aprovados em concurso público ou ausência de interessados em tomar posse;
- VII- Situações de urgência que vierem a ser declaradas em lei;



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE BERNARDES
CEP: 36.475-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 23.515.695/0001-40

VIII- Contratação de pessoal para limpeza, conservação e manutenção de estradas e de redes de esgoto;

IX- Contratação de pessoal para a conservação, limpeza e manutenção das vias públicas para a realização de eventos públicos festivos.

§ 1º.: As contratações autorizadas nos incisos I, II e VII limitam-se ao prazo máximo de 06 (seis) meses, sendo vedada prorrogação, renovação ou novas contratações a qualquer título, exceto pelo prazo e enquanto perdurarem as situações de calamidade, endemias ou urgências.

§ 2º.: As contratações autorizadas nos incisos III, IV, V e VI limitam-se ao prazo máximo de 06 (seis) meses, sendo vedada a prorrogação, renovação ou novas contratações a qualquer título para a mesma situação que gerou a contratação temporária.

§ 3º.: As contratações temporárias autorizadas nos incisos III, IV, V e VI, somente podem ocorrer se inexisterem candidatos aprovados em concurso público e nos limites do número de vagas não ocupadas no quadro de pessoal do Poder Executivo.

§ 4º.: As contratações temporárias autorizadas no inciso VIII limitam-se ao prazo máximo de 06 (seis) meses, entre os meses de abril e outubro.

§ 5º.: As contratações temporárias autorizadas no inciso IX limitam-se ao período máximo de 30 (trinta) dias.

Artº 3º.: As contratações temporárias serão feitas por tempo determinado, conforme previsto nesta lei, mediante contrato administrativo regido pelas normas de Direito Público, observando-se a legislação aplicável ao servidor público municipal.

Artº 4º.: O recrutamento de pessoal na forma autorizada nesta lei será precedido de processo seletivo simplificado, com ampla divulgação pública no Município, salvo nos casos de urgência, declarada por ato do Chefe do Poder, quando a contratação será direta e imediata.

Parágrafo Único.: No processo seletivo de que trata o caput deste artigo, os candidatos aprovados em concurso público, ainda não nomeados, obedecida a ordem de classificação, terão prioridade na contratação, desde que satisfaçam as exigências para o exercício da função objeto do contrato.

Artº 5º.: É vedada a contratação temporária, nos termos desta lei, de servidores da Administração direta e indireta, inclusive autarquias e empresas públicas, da União,



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE BERNARDES
CEP: 36.475-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 23.515.695/0001-40

Estados, Distrito Federal e Municípios, exceto nos limites e condições de acumulação lícita de cargos públicos previstos na Constituição Federal.

§ 1º.: A vedação de que trata este artigo estende-se ao pessoal inativo de quaisquer das entidades mencionadas;

§ 2º.: Além da nulidade do contrato, a inobservância do disposto neste artigo implica na responsabilidade administrativa, penal e civil da autoridade contratante.

Artº 6º.: A remuneração de pessoal contratado nos termos desta lei será fixada em valores idênticos àqueles fixados em lei para os servidores efetivos que desempenhem função semelhante na administração municipal ou, não existindo semelhança, às condições do mercado de trabalho.

Parágrafo Único.: A remuneração de que trata este artigo não poderá conter qualquer acréscimo, prêmio, abono, gratificação ou qualquer outra espécie remuneratória que não esteja legalmente instituída para o servidor efetivo do Município.

Artº 7º.: O pessoal contratado nos termos desta lei não poderá:

- I- receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;
- II- ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

Parágrafo Único.: A inobservância do disposto neste artigo importará na rescisão imediata do contrato, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

Artº 8º.: As contribuições previdenciárias relativas ao pessoal contratado na forma desta lei serão recolhidas ao regime Geral de Previdência Social.

Artº 9º.: O contrato firmado de acordo com esta lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

- I- pelo término do prazo contratual;
- II- por iniciativa do contratante ou do contratado;
- III- pela extinção ou conclusão do objeto, definido pelo contratante;



MUNICÍPIO DE PRESIDENTE BERNARDES
CEP: 36.475-000 – ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 23.515.695/0001-40

- IV- quando o contratado incorrer em infração disciplinar, apurada mediante sindicância, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Artº 10.: Aplica-se ao pessoal contratado o regime disciplinar previsto para o servidor público municipal.

Artº 11.: As contratações temporárias autorizadas nesta lei condicionam-se à existência de dotação orçamentária própria, considerando-se lesivas ao erário público aquelas realizadas além dos limites e condições fixados nesta lei.

Artº 12.: Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Bernardes, 07 de novembro de 2012

IZALTINO VITAL DE SOUZA

Prefeito Municipal

